

## **ABANDONANDO A EUROPA: ARARIPE JÚNIOR E A IDENTIDADE NACIONAL**

*Ricardo Luiz de SOUZA<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O pensamento de Araripe Júnior sempre teve como objetivo a compreensão dos determinismos que teriam, segundo ele, estruturado a construção do nacionalismo. Compreendê-lo deve tomar como ponto de partida, portanto, a análise por ele efetuada sobre a ação de tais determinismos, bem como a originalidade de sua obra, bem como a originalidade a ela conferida pela criação de conceitos ligados a um profundo sentido de nacionalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura. Identidade nacional. Nacionalismo.

Nascido no Ceará em 1848 e falecido no Rio de Janeiro em 1911, Araripe Júnior foi um intelectual pertencente à geração de 1870, tendo tido marcante atuação como crítico literário, mas, como foi comum em sua época, caracterizada por escassa especialização e institucionalização intelectual, atuou em diversas áreas. Fez parte, no Recife, da Escola do Recife e, em Fortaleza, da Academia Francesa e da Escola Popular, e seu pensamento é marcado por características comuns a outros intelectuais de sua geração, tais como a crença no poder transformador da ciência e a busca por determinismos válidos para a explicação da realidade brasileira. Mas Araripe criou, ao mesmo tempo, uma obra inovadora e original.

Santana (2001) menciona a agilidade com a qual os grupos intelectuais brasileiros tomaram conhecimento, no final do século XIX, das concepções evolucionistas. Pertencendo a esses grupos, Araripe, assim como seus colegas de geração, foi evolucionista e determinista. E poderia ser diferente, questiona Bosi (1978, p.14)?

A sua cultura filosófica, amadurecida junto à Escola do Recife, não poderia deixar de ser determinista. Os três estados de Comte (teológico, metafísico, positivo), os três fatores de Taine (raça, meio, momento histórico) e o evolucionismo biológico

---

<sup>1</sup> UNIFEMM – Fundação Educacional Monsenhor Messias. Centro Universitário de Sete Lagoas. Sete Lagoas – MG – Brasil. 35.701.242- riclsouza@uol.com.br

de Darwin, generalizado por Spencer, deram a Araripe e à geração de Araripe, um lastro de idéias que não foi alterado até a Primeira Guerra Mundial.

De fato, Araripe foi determinista, como Sílvio Romero e Euclides da Cunha, entre outros, também o foram, mas onde o determinismo natural e racial, na obra destes autores, consistiu na importação de teorias européias que condenavam à inviabilidade o desenvolvimento nacional, por ser este incompatível com as características de sua natureza e da formação racial do brasileiro, Araripe inverteu os sinais, o que é ressaltado por Ventura (1991, p.91), que acentua a originalidade do pensamento do autor em relação às teorias raciais dominantes em sua época: “Araripe criticou o racismo e o eugenismo, e se afastou dos modelos etnológicos coerentes à época, o que tornou singular sua posição na crítica literária do final do século XIX.”

Seria a natureza, então, que funcionaria como chancela para o futuro, apesar de todos os percalços do desenvolvimento social. Criou-se, dessa forma, uma nova antinomia, retratada de forma exemplar em trecho que, embora longo, deve ser mencionado, por sua importância para a compreensão da obra do autor:

Pergunte-se aos orçamentos do governo, aos bancos, à praça do comércio, à lavoura, quais as necessidades do país; inquiria-se da imprensa e dos clubes de propaganda sociais o que existe de tropeços, de dificuldades em seu caminho; procure-se saber quais as indústrias que prosperam; e ter-se-á um acúmulo de causas que seriam bastantes para plantar um desânimo eterno, se no Brasil a natureza não estivesse sempre a reagir, impulsionando-nos para um progresso indefinido. (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.397).

Cairo (2000) acentua a influência de Taine na obra de Araripe, com o meio funcionando como elemento básico para a construção do princípio da obnubilação brasileira. Mas há outras influências igualmente importantes. O método utilizado por Araripe é determinista, e assume a influência de Buckle, como Euclides e Romero também o fizeram. A natureza brasileira, acentua ele, utilizando as palavras do escritor inglês, enfraquece a razão e abre “[...] uma fenda na estratificação da natureza civilizada, para dar passagem à poderosa influência do ambiente primitivo[...].” e, a este fenômeno, ele dá o nome de “obnubilação brasileira” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.497). E o define: “Consiste este fenômeno na transformação por que passavam os colonos atravessando o Oceano Atlântico, e na sua posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo” (ARARIPE JÚNIOR, 1960, p.407). Ele consiste, enfim, no lento processo levado adiante pelos colonos de abandonar a Europa, não apenas no sentido geográfico, mas, também, histórico e cultural e construir, a partir daí, uma identidade nacional.

O brasileiro torna-se específico em relação aos demais povos a partir da atuação desse fator, o que transforma os determinismos naturais no elemento mais importante na estruturação da nacionalidade brasileira, jogando, em sua obra, a questão racial para o segundo plano. E ele acentua tal preponderância, enumerando os tópicos a partir dos quais a natureza exerce sua influência e demonstrando estar consciente da inversão por ele proposta em relação ao pensamento social de seu tempo, no qual a raça e não o meio era o fator a ser primordialmente levado em conta:

Hoje como ontem, a reação do meio físico, a influência catalítica da terra, as depressões e modificações do clima tropical, a solidariedade imposta pelas condições da vida crioula com a flora, com a fauna, com a meteorologia da nova região, são outras tantas influências que estão a invadir sorrateiramente estrangeiros e brasileiros, sem que estes se apercebam, certos, como estão, do triunfo das suas qualidades étnicas e da propulsão civilizadora de origem. (ARARIPE JÚNIOR, 1960, p.69).

O brasileiro, em síntese, julga-se mais europeu do que de fato é, errando ao colocar em segundo plano a influência opressiva do meio natural no qual vive. Mas tal meio age de forma inexorável, quebrando os esforços para a adoção de uma correção européia cuja inviabilidade nos trópicos Araripe Junior (1960, p.70) acentua: “O tropical não pode ser correto. A correção é o fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes a atenção é intermitente.”

Araripe recusa qualquer forma de pessimismo oriundo do que seria a inferioridade racial do brasileiro e atenua, embora não recuse, o pressuposto da desigualdade racial expressamente afirmado por Sílvio Romero (1979, p.129), quando este acentua: “A distinção e desigualdade racial é um fato primordial e irreduzível, que todas as cegueiras e todos os sofismas dos interessados não tem força de apagar.” E o que Araripe critica acima de tudo em Romero é o que ele define como o pessimismo do autor, provocado por sua visão negativa da formação racial brasileira, assim sintetizada: “O servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe, sem qualidades fecundas e originais.” (ROMERO, 1977, p.266). A conclusão a que chega Araripe é oposta, abrindo caminho para a valorização racial do brasileiro que seria adotada décadas depois por Gilberto Freyre, bem como para a crítica das teorias raciais que seria desenvolvida, entre outros, por Manoel Bomfim e Alberto Torres:

Ao contrário disto, penso que temos raça capaz de todos os progressos e que longe de desprezarmos as nossas qualidades diferenciais, devemos cultivá-las com amor, de sorte que, entrando no concerto das nações e tirando dele a força que nos falta,

possamos dizer ao mundo qual nosso papel e a feição que a natureza nos destinou. (ARARIPE JÚNIOR, 1963, p.327).

E ele antecipa Freyre, igualmente, ao traçar um perfil quase lúdico das relações raciais na história brasileira. O percurso da miscigenação orientou-se, segundo Araripe, mais pela atração sexual exercida pela indígena, primeiro, e pela negra, depois, sobre o português que pela violência. É o elemento erótico, pelo menos, que o autor acentua, ao afirmar: “A negra mina, carinhosa, inteligente e bela, seduzindo com a formosa carnadura e pelo busto lustroso e escultural da Vênus africana o português libidinoso, não custou a vencer a indígena nesse concurso de procriação.” (ARARIPE JÚNIOR, 1960, p.411).

Ele faz ainda, em relação ao processo de miscigenação, a crítica antecipada de um argumento que seria largamente utilizado por pensadores autoritários como Oliveira Viana (SOUZA, 2001). Não ter percebido a incompatibilidade entre a formação mestiça do brasileiro e a adoção, no Brasil, de instituições democráticas foi, para este autor, o grande erro dos liberais brasileiros, o que o leva a concluir: “Foi justamente por não terem dado nenhuma importância à ação desse poderoso modificador sociológico que o parlamentarismo inglês e o presidencialismo americano não puderam realizar nunca o sonho dos que o sonharam nesta terra.” (VIANA, 1947, p.56). Araripe Junior (1963, p.183) critica, precisamente, a constatação da impossibilidade de implantação de um regime democrático no Brasil por ser ele inviável em uma nação de formação mestiça, atribuindo tal idéia a pensadores ingleses interessados em justificar a dominação exercida por sua nação sob outros povos:

Pensam eles, sem talvez se aperceberem disso, que sendo o destino de sua raça a conquista do Universo, não é admirável que outras raças possam construir um direito público igual ao seu, nem que o possam utilizar sem o adjutório de sua influência tutelar. Daí o esforço que empregam não só em condenar as nações inferiores, ao jugo do seu poderio, mas em convencê-las de que inútil é pretenderem adotar as instituições anglo-saxônicas à direção de seus negócios.

E a importância da mestiçagem é mencionada em mais de um aspecto. O folclore brasileiro, por exemplo, é, para Araripe, filho da mestiçagem. Nasceu do encontro entre o branco e a negra, com as mestiças elaborando todo um conjunto de elementos folclóricos e um poeta como Gregório de Matos aglutinando-o em forma culta (ARARIPE JÚNIOR, 1960), elaborando, assim, uma síntese entre poesia culta e o folclore que é, na concepção de Araripe, exemplar. Fazendo isto, Gregório criou uma obra que seguiu um caminho peculiar: foi esquecida pelo mundo literário, mas tornou-se influente no meio do povo: “Essa influência se produziu na massa

popular pela reprodução automática, pela imitação contínua do seu modo de poetar.” (ARARIPE JÚNIOR, 1960, p.474).

Permanece, contudo, a idéia de “nações inferiores”, o que demonstra ser Araripe capaz de criticar as teorias raciais, mas não, ainda, de desvencilhar-se delas; no máximo, coloca-as em segundo plano. A imagem do mestiço insubmisso, pouco confiável, pouco dado ao trabalho, é recorrente na cultura brasileira e afirmada nos anos trinta, entre outros, por Azevedo Amaral, que aponta uma irreduzível tendência ao parasitismo (SOUZA, 2005), o que leva o autor a buscar sobrepujar o que define como a influência deletéria exercida pelo mestiço a partir da ênfase no branqueamento: “E cabe assegurar a vitória étnica dos elementos representativos das raças e da cultura da Europa se os reforçarmos pelo afluxo contínuo de novos contingentes brancos.” (AMARAL, 1938, p.231).

Também Araripe parte de tal pressuposto e o utiliza em mais de um momento de sua obra, gerando uma certa proximidade nas posições adotadas por ele e Romero, em que pese os diferentes pressupostos por eles adotados. Embora seja, no contexto cultural de seu tempo, o opositor da utilização da raça como fator relevante, ele erige-se em desconfiado crítico do mestiço, embora saliente sua importância, assim como Romero- o defensor da desigualdade racial- o faz ao apontar a mestiçagem como fator constituinte da nacionalidade e acentuar: “Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias.” (ROMERO, 1943, v.1, p.275).

Em seu estudo sobre Gregório de Matos e sua época, por exemplo, Araripe Junior (1960, p.432) adota, ao descrevê-lo, a imagem do mestiço ao mesmo tempo indolente e rebelde:

Os mulatos não eram práticos, nem persistentes, nem coerentes, nem assíduos no trabalho. Apaixonados, impetuosos, tão fáceis de serem sugestionados por uma coisa, como de abandoná-la despeitados, eles durante aquelas épocas foram vistos, ao lado do branco e contra o branco, sempre inflamados, muitas vezes desarrazoados, mas propulsivos, agressivos, destruidores.

Malgrado suas próprias contradições, Araripe situa-se, entretanto, como um dos pioneiros na crítica à utilização, no Brasil, de teorias baseadas no conceito de superioridade racial, assinalando, já em 1903, os interesses imperialistas que as fundamentariam. Tal conceito foi criado, segundo, ele, para justificar a expansão imperial das nações do Velho Mundo e só pode ser compreendido a partir de tal contexto. Por outro lado, a imigração pacífica de colonos europeus não pode ser confundida com qualquer forma de dominação imperial, embora ele faça alusão aos riscos provenientes de uma imigração descontrolada.

Segundo Romero (1943, v.1, p.275), “[...] as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável.” E Araripe Junior (1963, p.49) alude a estas idéias ao referir-se à imigração alemã no Rio Grande do Sul: “Tenho ouvido dizer que esse grupo colonial constitui um perigo para o país, como base de operações psíquicas apropriadíssimas à conquista, desde que o Imperador Guilherme se disponha a invadir a região.” Mas formula argumentação oposta, ressaltando o caráter eminentemente pacífico do processo migratório que ali se realiza.

Colocar o determinismo racial em segundo plano não significa, portanto, negá-lo, já que ele admite a existência de uma concorrência entre as diversas raças, na qual uma delas sempre assume a dianteira, tornando-se superior em relação às demais. Mas, neste momento, ele leva em conta a cultura como fator determinante em relação à raça: uma raça por ele definida como inferior, como a semita, pode impor-se a uma raça por ele definida como superior, como a ariana, desde que a inferioridade racial seja suplantada pela superioridade cultural.

De todo este raciocínio histórico ele tira conclusões que visam suplantar um certo pessimismo comum a seu tempo, derivado da constatação da “inferioridade” e do “atraso” do povo brasileiro. Que é atrasado, sim, mas que pode suplantar o atraso e tomar a dianteira na corrida – o pensamento de Araripe é marcadamente evolucionista-, desde que o desenvolvimento cultural o permita. E a chave, conclui ele, está na educação: “Os povos, como os indivíduos, tem um temperamento que a educação corrige e modifica.” (ARARIPE JÚNIOR, 1960, p.216).

A discordância entre Romero e Araripe deve-se ao privilégio dado pelo primeiro à raça como fator determinante, enquanto Araripe destaca o meio. Romero (1943, v.1, p.277), efetivamente, argumenta: “Conquanto reconheçamos a extraordinária influência do meio, cremos ainda superior a da raça.” Toda a polêmica travada por ambos gira em torno deste tópico, e quando Araripe anuncia que dela se despedirá, é exatamente tal discordância que ele realça: “Ei-la: diz o autor da *Introdução* que o meio físico não tem essa importância que lhe quero dar, tendo sido agente primordial apenas quando as raças se formaram. Discordo disso. Ele continua a exercer a mesma influência sobre toda a vida terrestre, especialmente sobre as raças.” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.299, grifo do autor).

Na obra de Araripe, enfim, o estudo da influência do meio e a necessidade de ressaltar sua preponderância ocupam lugar de destaque. Eis um trecho, entre outros, que funciona como princípio metodológico que ele jamais colocaria em questão: “O meio determinou o aparecimento das raças e as modificou consecutivamente. As raças alteraram-no, depois, e diminuíram a sua influência imediata; assim artificializado, o

meio passou a exercer uma ação indireta, porém muito mais complexa e importante.” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.492).

Romero (1943, v.1) acentua a multiplicidade de fatores a serem levados em conta por quem se disponha a compreender a realidade brasileira ou qualquer outra realidade. E é igualmente sobre este tópico que incide a crítica de Araripe ao autor e a diferença metodológica fundamental entre ambos. No meio desta diversidade, Araripe elege o clima como fator determinante e lamenta que Romero não tenha conferido a ele a devida atenção, o que teria tornado confusa a sua análise do desenvolvimento histórico brasileiro: “Era sobre esse fio que, escrevendo a história do Brasil, faria girar todos os demais elementos; e com tal ponto de vista, tenho certeza que chegaria à explicação de muitos fatos obscuros.” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.278).

Araripe, enfim, filia-se a uma corrente de pensamento que tem, em Montesquieu, um de seus precursores, quando este afirma a preponderância do clima como fator explicativo: “Se é verdade que o caráter do espírito e as paixões do coração são extremamente diferentes nos diversos climas, as leis devem ser relativas à diferença dessas paixões e à diferença desses caracteres.” (MONTESQUIEU, 1973, p.209). Quando ele acentua, ainda: “Foram as diferentes necessidades nos diferentes climas que formaram as diferentes maneiras de viver e são essas diferentes maneiras de viver que formaram os diferentes tipos de leis.” (MONTESQUIEU, 1973, p.214). E quando ele exemplifica tais diferenças: “Não nos devemos, pois, espantar que a covardia dos povos de clima quente os tenha, quase sempre, tornado escravos, e que a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres. É uma consequência que deriva de sua causa natural.” (MONTESQUIEU, 1973, p.247). São estes, em linhas gerais, os pressupostos teóricos adotados por Araripe.

A influência mencionada por ele no que diz respeito à influência determinante do clima, contudo, é a de Buckle, embora ele conteste as idéias do autor inglês quando este afirma a incompatibilidade entre a sobrevivência do homem branco e o clima tropical. Araripe acentua, pelo contrário, sua permanência e sobrevivência, além de definir o mameluco, entre outros mestiços, como “um elemento étnico de energia incomparável”. Ao mestiço é recusado, aparentemente, qualquer índice de inferioridade racial. E ele acrescenta: “Acresce que o Brasil não é só de mestiços: e se estes muito tem concorrido, na arte, para o seu desenvolvimento, não é menos certo que a raça branca não perdeu aqui os seus foros hereditários.” (ARARIPE JÚNIOR, 1963, p.401). Tal recusa, portanto, é contraditória, por não por em questão a superioridade do homem branco, definindo-a, pelo contrário, como um foro hereditário.

Da mesma forma como faz a crítica do racionalismo ou, pelo menos, nega preponderância ao fator racial, Araripe é, ao mesmo tempo, antipositivista e

antisocialista; doutrinas tidas por ele como inviáveis nos trópicos e que ele trata em conjunto:

Fundado na renúncia de si mesmo, o positivismo político e religioso, produzindo a tristeza, gerando o pessimismo deprimente, é, pelo menos na atualidade, doutrina muito pouco viável no Brasil, principalmente porque o socialismo, seja qual for a forma que tome, está condenado a vegetar, na América, ao menos por estes cem anos. (ARARIPE JÚNIOR, 1960, p.334).

E polemizando com Carlos de Laet, Araripe contesta a autoridade de Comte- do qual Laet valera-se para fundamentar seus argumentos- em mesologia e etnologia, e aproveita para matizar e afirmar, ao mesmo tempo, a influência climática por ele sempre ressaltada. Se o clima pode ser modificado e artificializado, sua influência nunca é anulada. E mesmo quando uma população consegue tornar salubre uma região cujo clima era, até então, incompatível com suas características raciais, o que temos, no caso, é uma nova confirmação da influência decisiva do fator climático, já que tal população precisou despender imensos esforços para tornar benéficos, enfim, seus efeitos (ARARIPE JÚNIOR, 1960).

Onde ele se aproxima do positivismo é no infatigável elogio da ciência. A geração de 1870, da qual Araripe fez parte, deu início a um processo sistemático de reflexão sobre o papel a ser desempenhado pela intelectualidade brasileira, e um processo no qual tal intelectualidade passou a receber sua parcela de culpa sobre o que era considerado o atraso nacional (SOUZA, 2004), sendo uma boa parte das críticas oriundas do fato de os intelectuais terem, segundo seu críticos, descuidado-se da adoção de padrões científicos para a análise da realidade, apegando-se a moldes beletristas e bacharelescos que geraram, por sua vez, uma acentuada indiferença perante tal realidade, o que Euclides deplora em tons veementes: “Escasseiem-nos as observações mais comuns, mercê da proverbial indiferença com que nos volvemos às cousas desta terra, com uma inércia cômoda de mendigos fartos.” (CUNHA, 1984, p.22), Da mesma forma, Romero (1969, p.206) condena “[...] as literatices dos escritores e políticos que se julgam, eles, esses desfrutadores de empregos públicos, posições e profissões liberais, os genuínos e únicos brasileiros, a alma e o braço do povo e por isso se arvoram em nossos diretores[...]”, delineando a crítica que seria igualmente formulada por Araripe.

O elogio da ciência se casa em sua obra, como é usual em seu tempo, com o anticlericalismo, e ele afirma: “É verdade que a instituição do papado continua; mas, existindo, não tem outra vida que não seja a de um imenso anacronismo” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.90). Mas, ainda aqui, ele permanece um crítico irreduzível do positivismo, ressaltando: “No positivismo não vejo senão os lineamentos de uma

enorme tenaz, que pretende aferrar o espírito do mundo.” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.271).

Mas o que, acima de tudo, caracteriza Araripe é seu nacionalismo ferrenho. Já em texto publicado em 1869, o autor anuncia o princípio nacionalista que, segundo ele, sempre nortearia sua obra e do qual, de fato, ele jamais se afastaria:

Como o mineiro pertinaz, irei entranhar-me nas grotas e cavernas de minha pátria; e, ainda mesmo que isto venha em detrimento dos estudos que me solicitam de mais perto, delas não me afastarei, tenho certeza de que jamais me hei de arrepender de um passo que talvez muitos julgam não acertado. (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.42).

E ele se aproxima igualmente de Sílvio Romero nos princípios que ambos adotam enquanto críticos literários. A crítica literária, segundo Romero (1982, p.101), deve apoiar-se no estudo de determinismos extra-literários Para ele, “[...] a razão pela qual vão ficando quase sempre incompreendidos nossos tipos literários, ainda dos mais notáveis, é porque a crítica entre nós nunca se dá ao trabalho de estudar os fatos pertinentes à vida espiritual brasileira sob suas diversas relações, sob seus diferentes aspectos.” Neste ponto, o sergipano e o cearense estão de pleno acordo. Segundo Araripe Junior (1958, p.509), “[...] os produtos de arte, embora imediatamente subordinados ao subjetivismo do artista, do mesmo modo que a linguagem, o direito, a política e a religião, não podem aparecer senão como produto social; nem há, mesmo, quem a conceba fora das relações de coletividade.” E ainda, a obra literária não pode, nunca, ser compreendida apenas a partir de seu estudo hermenêutico. Cumpre estudar todos os fatores sociais, culturais, naturais, que atuaram sobre ela, em uma lista que periga mostrar-se infundável, o que o próprio autor acentua de forma metafórica: “A estesia é um produto último; é uma floração. Para explicar a flor teremos de dissecar toda a árvore, depois decompor o ambiente e o solo, subir com o telescópio aos astros e descer com o geólogo e o microscópio às camadas inferiores da terra.” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.295).

A adoção de tal estratégia implicou, no caso de Romero, consequências que Antônio Cândido (1962, p.54) aponta com precisão: “O que será, então, a crítica fundamentada nestes princípios- meio, raça, cultura? O seu primeiro efeito é destruir o critério estético e valorativo vigente até então. A consequência próxima é tomar como critério de valor literário o caráter representativo do escritor, a sua função no processo de desenvolvimento cultural [...]”, com o próprio Romero (1901, p.58) salientando o critério de representatividade por ele adotado ao estudar um autor como Martins Pena: “O que procuramos ver nos escritos de Pena foi a história natural da sociedade brasileira.”

Assim como Romero, Araripe é, portanto, um crítico literário que nega autonomia a seu campo de estudo, subordinando-o ao meio social da qual ele é produto e reflexo. Ambos escreveram em um período no qual os estudos sociais buscavam estruturar-se de forma autônoma em relação à literatura e no qual a ciência passava a ser valorizada como o grande instrumento de explicação e transformação da realidade brasileira. Nada mais natural, portanto, que críticos como eles utilizassem a ciência como instrumento de crítica literária, subordinando a explicação da obra de arte à explicação que pretendia-se científica do meio social que a gerou.

Fundamentando a crítica literária por ele exercida no estudo de fatores extra-literários, Araripe chega a conclusões que extrapolam o terreno artístico e apontam para diversas outras áreas. Duas inexistências, segundo ele, definem o sentido da produção literária brasileira. Não existe, no Brasil, uma cultura urbana autônoma, com cada cidade adotando costumes estrangeiros específicos, portugueses ou franceses, o que determinaria a impossibilidade de criação de uma literatura que não seja um enxerto europeu, não fosse o fato de a ação da “obnubilação brasílica” implicar, já, na criação de um estilo. Como Ventura (1991, p.37) salienta, referindo-se a esse conceito, “[...] o estilo nacional se origina, assim, de tal incorporação de traços particulares, como a tropicalidade e a miscigenação, aos modelos cosmopolitas de literatura e cultura.” É ela, portanto, que viabiliza a formação de uma literatura brasileira.

E o Brasil não possui, ainda, um “caráter nacional e distinto”, o que torna o indianismo uma necessidade imperiosa. Trata-se de retomar eras passadas, como os franceses fizeram em relação a seus descendentes gauleses, e buscar nelas os fundamentos de uma identidade ainda a ser construída (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.12).

Ao mesmo tempo que defende o indianismo, Araripe faz o elogio do avanço do homem branco e o define como uma epopéia a ser exaltada pela literatura brasileira, criticando o abandono dessa temática em prol da adoção de modismos e lamentando em relação a um hipotético jovem autor brasileiro, pouco interessado na história de seu país: “Que atenção lhe pode merecer a luta do colono com a excêntrica índole do indígena, da civilização com a selvageria, se o seu espírito desapegado das coisas pátrias, só se nutre do que é europeu e só europeu!” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.34).

E a maneira como Araripe vê os índios no período anterior ao contato com os brancos- no período anterior à sua derrota- é idílica. Eles são descritos como guerreiros terríveis e majestosos, superiores, inclusive, aos antigos guerreiros helenos. Eram impassíveis, inabaláveis, prontos a serem cantados em prosa e verso, como de fato o foram: “Formar, pois, do resultado de todas estas observações um ideal e apresentá-lo artisticamente desenvolvido em um poema ou romance, eis o que

do século passado para cá tem aventurado alguns espíritos mais empreendedores e entusiastas.” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.37).

O enaltecimento mítico do antepassado indígena é reivindicado como indispensável, ao mesmo tempo que é defendida a necessidade da apologia de sua destruição. E, finalmente, tal apologia não o impede de lamentar suas consequências em relação ao índio; sua degradação a partir do momento em que se transformou em raça conquistada. A dicotomia entre o índio vencido do presente e o índio mitificado do passado fundamenta o indianismo brasileiro e é assumida com toda a clareza por José de Alencar (1990, p. 61), que afirma: “[...] n’o Guarani o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça.” E também Araripe Junior (1958, p.21) a ressalta:

A raça conquistada (é um fato averiguado) degenera sempre; torna-se irremissivelmente viciosa e inerte. Como querem, pois, que o índio mostre hoje o seu caráter soberanamente nobre e independente, quando o vemos jazer atirado a um ignominioso cativo, vexado por milhares de perseguições e coarctado pelos elementos de uma civilização que é em tudo e por tudo oposta à sua índole, ao seu gênio?

E o indianismo, através de poetas como Basílio da Gama e Santa Rita Durão, produziu, já, obras, cujo desconhecimento deve-se apenas à barreira da língua, tanto que Araripe (1958, p.32), referindo-se a estes autores, acentua: “O Brasil e suas vastas regiões, vistas pelos prismas de seus belos versos, deslumbrariam a Europa com as suas riquezas e tesouros, com as suas minas e vegetação inexaurível, se pudesse a língua portuguesa ser apreciada por todas as nações cultas do velho continente.” De um lado, portanto, temos uma cultura urbana importada e incapaz de gerar uma literatura autêntica. Por outro lado, o indianismo já possui uma tradição a ser exaltada e indica o caminho para a afirmação da nacionalidade. O caminho a ser trilhado, segundo Araripe, surge claramente definido.

Assim como o índio o sertanejo é, para Araripe, acima de tudo um ser degradado. Descendente de tipos heróicos e herdeiro de um passado moldado em forma de epopéia, a poesia por ele produzida não herdou nada do feitio de seus antepassados, porque ele em nada com eles se parece. Ele foi degradado pelas condições sociais nas quais vive, o que gera uma questão formulada pelo autor: “Que sentimento heróico encontrar-se-ia em indivíduos que, abocanhados em suas nobres aspirações, vivendo como escravos, oprimidos, eram obrigados a percorrer os campos atrás da rês fugitiva, não como o homem que luta pelo sentimento da própria vida, mas por uma obrigação e como um tributo?” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.101). Daí o erro cometido, segundo ele, por poetas como Juvenal Galeno, ao emprestar

ao sertanejo emoções que ele é incapaz de possuir. Se Araripe idealiza, portanto, o passado, ele traça do presente um retrato, aparentemente, bastante sombrio.

Mas há uma solução por trás das aparências: onde a opressão e a miséria armam seu palco reside, euclideanamente, a promessa de construção da nacionalidade; tanto que, escrevendo sobre Os Sertões, saudando-o, Araripe identifica suas idéias com o pensamento euclideano e assinala ser a oposição entre sertão e litoral feita por este uma comprovação de sua própria teoria da obnubilação brasílica (ABREU, 1997). É, portanto, ali, no sertão, e não nas cidades, que reside a promessa de uma identidade nacional ainda por ser construída, com Araripe antecipando, em 1884, a antítese proposta por Euclides da Cunha:

Nestes repositórios inexplorados é justamente onde se opera a surda elaboração nacional que há de caracterizar o nosso futuro e começa a reagir contra um certo descuido com que as populações sem autonomia das capitais, que vivem uma verdadeira vida de empréstimo, vão subscrevendo às revoluções européias, sem fazer passar as conquistas da civilização pelo crivo da nossa índole social, expurgando o que absolutamente não pode adaptar-se à natureza tropical. (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.366).

O próprio Araripe ressalta a similaridade entre o conceito por ele proposto e as idéias contidas em Os Sertões. O sertanejo euclideano teria passado por um processo de obnubilação brasílica, processo este que o caracterizou, definiu e moldou sua especificidade, tornando-o em tudo oposto ao habitante do litoral. E fazendo o elogio da primeira parte de Os Sertões- como, de resto, do livro como um todo- ela aponta as concordâncias entre o pensamento euclideano e o seu próprio:

As idéias, nessa primeira parte emitidas pelo Sr. Euclides da Cunha, poderão achar contradita; mas eu simpatizo extremamente com elas, porque favorecem a teoria de que algures sustentei, no que respeita à obnubilação de que foi vítima o colono, quando, no primeiro e segundo séculos, depois da descoberta, internou-se nos sertões do Brasil, cortando as comunicações com o litoral, e, portanto, com os centros motores da conquista civilizadora. (ARARIPE JÚNIOR, 1966, p.93).

E é o conceito de obnubilação brasílica que funciona como chave para a compreensão do pensamento de Araripe Júnior. Em relação ao sertanejo, ela atua como esquecimento ou enfraquecimento das tradições e da mentalidade européia, restrita aos centros urbanos nos quais sua influência é determinante, o que os torna, ao mesmo tempo, artificiais em relação à essência da nacionalidade, marcada exatamente pelo distanciamento em relação ao espírito europeu; pelo seu esquecimento, o que Euclides da Cunha (1975, p.185) igualmente acentua ao afirmar: “O raio civilizador refrangia

nas costas. Deixava na penumbra os planaltos. A ação da obnubilação brasílica possibilita, no sertão, a permanência de influências primitivas, preponderantes, ainda, no interior da nação, que é onde os índices de uma identidade nacional ainda por ser construída permanecem intocados, esperando para serem descobertos. E gera uma última consequência, esta de caráter mais grave: a fragilidade sem remédio, porque naturalmente determinada, da vida intelectual brasileira”.

Com efeito, Araripe possui uma perspectiva lúgubre da atividade intelectual no Brasil. Sua fragilidade é congênita e determinada por fatores naturais. Trata-se de uma atividade precária, curta, a ser exercida contra fatores que a exaurem, e que se debate entre duas alternativas: mergulhar no ócio ou consumir-se em um clarão. O método de Araripe é marcado por um determinismo implacável que o leva a conclusões sombrias: a atividade intelectual contínua e produtiva só é possível em climas frios. E o que resta para o intelectual? “Aqui o homem vive pouco; e a vida intelectual, se é um tanto mais intensa, degenera logo em agonia, que impele rápido para uma morte prematura. Aqui tudo é efêmero. A própria natureza o está indicando.” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.261).

Também a perspectiva a partir da qual ele observa a história brasileira é marcadamente crítica. Se é possível falarmos em existência de tradições no Brasil, trata-se de fenômeno recente. O período colonial foi marcado pela existência de grupos dispersos, residentes em regiões com pouca ligação entre si e ligados antes à Metrópole que uns com os outros a partir de alguma idéia de nacionalidade. E ele conclui: “Nenhuma ligação existia, pois, para o espírito no Brasil, senão a ordem da mãe-pátria, de onde tudo vinha. Tradição, só com dificuldade se conseguirá descobrir do século passado para cá.” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.276).

Crítico, enfim, da colonização portuguesa, Araripe defende o abandono da tradição lusitana, que deve ser substituída pelo americanismo. A influência portuguesa liga-se a uma tradição caduca, propagada por uma nação decrépita. Refere-se ao passado e não possui conexões com o presente, o que o leva a exortar: “Preocupa-se com o passado quem não tem futuro. Só os velhos aprazem-se em avivar a memória dos tempos idos. Os moços revolvem as cinzas de onde sairão enquanto os elementos necessários à conservação do presente, mas com os olhos sempre fitos no horizonte luminoso que os atrai.” (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.354). Trata-se de uma análise, enfim, caracterizada pela crítica à herança colonial e por um antilusitanismo que antecipa os argumentos de um Manoel Bomfim, presente, por exemplo, quando ele estende sua análise até sua época, fazendo a crítica da influência portuguesa contemporânea:

A Colônia portuguesa no Rio de Janeiro cada vez mais vai-se tornando um corpo estranho na sociedade brasileira,- tão estranho como um trambolho que impede

os movimentos de um órgão,- tão estranho como um berne que se nos cravou nas carnes; produzida a inflamação, ou é arrancado com o ferro, ou morre, reabsorvendo-se os líquidos. (ARARIPE JÚNIOR, 1958, p.301).

Quando saúda o advento da República, por exemplo, Araripe o faz a partir da crítica ao passado que sempre marcou sua obra. Ele, como acentua Gilberto Freyre (1959, v.2, p.651), “[...] foi dos que sinceramente pensaram a revolução de 89 ter sido um movimento diferente dos outros que haviam agitado o Brasil com o nome de revoluções e que haviam sido apenas repercussões de movimentos europeus.” Ele vê, no início dos tempos republicanos, a possibilidade de superação da herança arcaica ligada à dominação portuguesa e o início de uma época definida, quem sabe, por uma nova “obnubilação brasílica” estruturada, agora, em termos políticos e visando a construção de uma nação, enfim, estruturada a partir de uma identidade específica. Porque este, afinal, sempre foi o projeto acalentado por Araripe Júnior.

Porque, enfim, a menção à singularidade de Araripe Júnior? Ele foi determinista, como tantos de seus contemporâneos o foram, e envolveu-se em debates sobre temas presentes nos textos de outros autores de seu tempo. Até aí, nada de novo. Araripe se destacou ao deslocar o debate sobre os fatores determinantes no processo de formação da nacionalidade, jogando a questão racial para um plano secundário. Onde ele se destacou, ainda, foi ao recusar a tendência ao mimetismo cultural tão presente em seu tempo, ressaltando, em seu lugar, a especificidade da civilização brasileira, construída e a ser consolidada a partir, precisamente, do abandono da Europa. E ele se destacou, por fim, a partir de sua tentativa sistemática, pioneira em mais de um aspecto, de compreender o Brasil.

### ***LEAVING EUROPE: ARARIPE JÚNIOR AND THE NATIONAL IDENTITY***

**ABSTRACT:** *The thought of Araripe Júnior has always sought to understand the determinisms that would have, according to his ideas, structuralized the construction of nationalism. To understand it, therefore, we must take as a starting point his analysis of these determinisms' effects, as well as the originality of its workmanship, which is conferred to it by the creation of concepts deeply connected to the feeling of belonging to a nationality.*

**KEYWORDS:** *Culture. National identity. Nationalism.*

### Referências

- ABREU, R. O livro que abalou o Brasil: consagração de Os sertões na virada do século. **História, Ciência, Saúde:** Manguinhos, Rio de Janeiro, v.5, p.93-115, 1998. Suplemento.
- ALENCAR, J. de. **Como e porque sou romancista.** São Paulo: Pontes, 1990.
- AMARAL, A. **O Estado autoritário e a realidade nacional.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938.
- ARARIPE JÚNIOR. **Obra crítica.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1966. v.4.
- \_\_\_\_\_. **Obra crítica.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1963. v.3.
- \_\_\_\_\_. **Obra crítica.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960. v.2.
- \_\_\_\_\_. **Obra crítica.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. v.1.
- BOSI, A. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária.** São Paulo: EDUSP, 1978. p.9-20.
- CAIRO, L. R. A geração de 70 do século XIX e a construção da história da literatura. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade,** São Paulo, v.58, p.113-122, 2000.
- CANDIDO, A. **O método crítico de Silvio Romero.** 2.ed. São Paulo: USP/FFCL, 1963. (Teoria literária e literatura comparada, 1; Boletim, 266).
- \_\_\_\_\_. **Os sertões.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1984.
- FREYRE, G. **Ordem e progresso.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- MONTESQUIEU. **Do espírito das leis.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ROMERO, S. **Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Realidades e ilusões no Brasil:** parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a poesia popular no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Obra filosófica.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- \_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

\_\_\_\_\_. **Martins Pena**. Porto: Chardron, 1901.

SANTANA, J. C. B. de. **Ciência e arte**: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana: UEFS, 2001.

SOUZA, R. L. de. Os caminhos da modernidade em Azevedo Amaral. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.8, n.1, p. 71-81, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Autoritarismo, cultura e identidade nacional (1930-1945). **História da Educação**, Pelotas, v.8, n.15, p. 89-127, abr. 2004.

\_\_\_\_\_. Oliveira Viana, democrata? **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.4, n.2, p. 95-126, jul./dez. 2001.

VENTURA, R. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANA, O. **Problemas de política objetiva**. São Paulo, Nacional, 1947.